

Entrada triunfal de Fidel Castro e seus companheiros na cidade de Cienfuegos após a vitória da Revolução Cubana em 1959

Um continente sob o signo da GUERRILHA

A luta armada teve uma longa trajetória na América Latina ao longo do século XX, mas o combate aos governos autoritários da região não se confunde com o terrorismo

por PAULO SÉRGIO PINHEIRO

A violência na política talvez seja tão antiga quanto a própria política. Em face do Estado, desde os tempos mais longínquos a violência sempre foi utilizada pela sociedade para alterar a ordem das coisas, para fazer a revolução que fez avançar o Estado de Direito na Inglaterra em 1688, na América do Norte e na França no século XIX. Em nosso continente a violência esteve presente tanto na colonização como nas guerras pela independência. Se quisermos pensar na mais próxima inspiração contemporânea para a luta armada no continente, certamente a encontraremos nas barricadas da Comuna de Paris, em 1870 e 1871, que por meio de Marx se tornou a suprema referência para a insurreição na América Latina.

A trajetória das revoluções no continente foi muitas vezes marcada pelo recurso às armas. Vale lembrar, aliás,

que a Revolução Mexicana de 1910 precedeu o levante russo de 1917. O padrão se manteve mesmo depois que a Internacional Comunista (Comintern), criada na esteira da Revolução Russa para promover a revolução mundial, depois dos fracassos na Hungria em 1919 e na Alemanha em 1921, já não preconizava em 1924 a violência como via para a conquista do poder.

Mesmo com as articulações criadas pela Internacional, os partidos comunistas poucas vezes estiveram à frente ou mesmo por trás das revoluções no continente. O assalto ao poder do coronel socialista Marmaduke Grove no Chile em 1931 foi denunciado pelo partido comunista como “militarista” em coro com toda a elite. A revolução comunista de 1932 em El Salvador foi recebida com perplexidade pelo Comintern e os líderes salvadorenhos

viram-se obrigados a fazer uma severa autocrítica. O único ensaio de revolução no continente assessorado, ainda que com má vontade, pelo Comintern, foi a insurreição militar comunista de 1935, no Rio de Janeiro, Recife e Natal, liderada por Luís Carlos Prestes.

Nos anos 60, todos esses precedentes estavam alojados na memória das dissidências políticas aos autoritarismos na região. Evidentemente não se trata de estabelecer uma linearidade entre esse passado armado e as guerrilhas que brotaram no continente na segunda metade do século XX, mas em 1959 a vitória da Revolução Cubana atualiza a memória de todos estes movimentos. A insurreição liderada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara recolocou na agenda latino-americana a violência armada como forma de mudança dos regimes ditatoriais e de



© PRENSA LATINA/AFP

construção do socialismo, como pretendia a Comuna de Paris.

Se a revolução armada não era mais uma via de acesso ao poder para os comunistas no continente, com muito mais razão não o era para a União Soviética encerrada na guerra fria. Nem os soviéticos nem o partido comunista cubano tiveram papel algum na preparação da revolução, eles só adquiriram protagonismo depois do sucesso do levante. Isso não quer dizer que contatos entre guerrilheiros e o partido não tenham sido realizados no passado. Talvez para o mundo a “conversão” de Fidel Castro ao comunismo tenha sido uma surpresa, mas para os russos nem tanto.

Imediatamente após a revolução, Cuba se investe de uma reencarnação do Comintern, agora com a missão de levar a revolução armada ao continente. Numa visita a Caracas logo depois da derrubada do ditador Marcos Perez Jimenez, em 23 de janeiro de 1959, Che Guevara declarou que a cordilheira dos Andes seria a futura Sierra Maestra da América Latina, arroubo metafórico que vários militantes tomaram ao pé da letra, esquecidas as altitudes e o clima.

Logo depois, em 27 de janeiro, o mesmo Guevara, em discurso numa reunião do Partido Socialista Popular cubano, definia a revolução por ele liderada como modelo para a América Latina, demonstrando que um pequeno grupo de homens “apoiado pelo povo e sem medo de morrer” podia destruir um exército, e afirmava ainda: “Nosso futuro está intimamente ligado ao dos países da América Latina”. Em abril de 1959, uma expedição armada sai de Cuba com destino ao Panamá, em junho é a vez da República Dominicana e, em agosto, uma terceira rumo para o Haiti. Nos anos 60, o governo revolucionário começou a distribuir bolsas para treinamento de guerrilha em Cuba, das quais vários brasileiros se beneficiaram.

Mesmo contra toda a oposição de Moscou, a quem Cuba estará umbelicalmente ligada depois da crise dos mísseis



Membros da Frente Sandinista de Libertação Nacional comemoram em Manágua a vitória da revolução na Nicarágua em 1979, o único triunfo guerrilheiro após a Revolução Cubana



Che Guevara nas selvas da Bolívia, em 1967

Talvez a América Latina esteja hoje distante do terrorismo por causa do fracasso da luta armada no continente

em outubro de 1962, o governo de Fidel Castro convocou uma reunião em Havana com o objetivo de criar uma internacional (mais uma) revolucionária no Terceiro Mundo. A Conferência Tricontinental, realizada em 13 de janeiro de 1966, deu origem à Organização de Solidariedade

dos Povos da África, Ásia e América Latina (Ospaal). Numa mensagem para a conferência, Che Guevara sublinhou o caráter internacional do movimento dizendo que era preciso “levar em conta que o imperialismo é um sistema mundial, o último estágio do capitalismo, que precisa ser derrubado num confronto mundial”. As experiências guerrilheiras no nosso continente pretendiam identificar-se com as lutas contra o neocolonialismo na África e contra a dominação americana no Vietnã, no Laos e no Camboja.

A principal aposta de internacionalização da Revolução Cubana, no entanto, era no próprio âmbito regional. Em 1967 foi criada a Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), que pretendia desencadear *olas*, vagas revolucionárias no continente. O movimento decisivo para transformar Cuba em um modelo internacional foram as expedições de Che Guevara ao Congo em 1965 e à Bolívia em 1967, no intuito de continuar a revolução nesses países. As duas experiências foram fracassadas, e o líder guerrilheiro terminou assassinado nas selvas bolivianas.

Apesar do fracasso de Che, a guerrilha de fato se espalhou pela América Latina. Sucederam-se pelo menos 11 casos de

guerrilha insurrecional no continente, entre os quais apenas dois, o acontecimento matriz e a Revolução Sandinista de 1979, tiveram êxito. A explicação para os fracassos está no fato de que todos os que falharam não contaram com algo decisivo para os dois casos de sucesso: um apoio efetivo da classe operária ou dos camponeses e recursos militares expressivos para enfrentar a repressão dos governos que queriam derrubar.

Hoje parece não haver nenhuma dúvida de que os requisitos fundamentais propostos em 1960 por Che Guevara para que um país latino-americano tivesse sucesso na luta armada não correspondiam à realidade na maioria do continente: as forças populares não podiam ganhar uma guerra contra o exército, de modo a tornar desnecessária a espera por condições favoráveis à realização da revolução; a insurreição não poderia criar tais condições e o campo demonstrou não ser a área básica para a luta armada.

Como nas poucas tentativas de insurreição armada nos anos 20 e 30, houve uma subestimação da capacidade repressiva de todas as ditaduras em países do Cone Sul onde a dissidência enveredou pela luta armada. Os indícios dessa capacidade repressiva eram evidentes, e ela se manifestou por meio da imediata instauração de práticas de “terrorismo de Estado” (denunciado por Alceu Amoroso Lima no Brasil nas primeiras horas após o golpe de Estado de 1964) pelos órgãos estatais que recorreram sistematicamente à tortura, aos seqüestros, aos assassinatos e desaparecimento de dissidentes.

Havia no cenário político outras opções para as dissidências, fechadas todas as formas de participação política? Provavelmente não, especialmente depois que Cuba já havia contribuído para promover a radicalização mesmo diante de governos moderados no continente. A estranha e prolongada visita de Fidel Castro ao Chile em novembro de 1971, depois da vitória de Salvador Allende, ficando quase um mês



Luís Carlos Prestes (ao centro), o homem que liderou a insurreição comunista de 1935 no Brasil. Na foto de 1927, ele aparece ao lado de seus companheiros da Coluna Prestes

no país ministrando conselhos aos vitoriosos, soava como uma perplexidade diante da conquista do poder pelas urnas.

Hoje, num momento em que o século XXI está dominado por uma “luta global” equivocada e desastrosa contra o terrorismo, alguns pretendem ler as guerrilhas fracassadas do passado com as lentes atuais da violência como sinônimo de terrorismo, o que seria uma simplificação absurda. Não há dúvida de que a luta de guerrilhas em muitos países e em vários momentos resvalou para a prática de atos terroristas. Atentados a bomba, seqüestro e assassinato de reféns, roubos armados a banco e roubos de arma, foram realizados em nome da luta armada, mas tais ações pontuais não justificam uma generalização.

Da mesma forma, alguns anarquistas em várias partes do mundo no início do século XX recorreram aos atentados a bomba e assassinatos de governantes, mas a maioria dos anarquistas e anarcosindicalistas jamais participou de lutas armadas ou o fizeram em condições muito precisas, como na guerra da Espanha. A esmagadora maioria dos camponeses, operários e militantes que participaram de movimentos armados jamais praticaram atos terroristas e ape-

nas combateram com armas no interior de formações guerrilheiras.

Atualmente, revisitar a guerrilha armada no continente é fazer um passeio por um museu de um passado próximo, do sofrimento e da derrota. Mas a renúncia à luta armada em praticamente todo o continente, com exceção da Colômbia e alguns grupos inexpressivos que ainda reivindicam a prática, torna a guerrilha um anacronismo distante. Não se deve, portanto, cometer hoje o mesmo erro daqueles que preconizaram a guerrilha, deixando de levar em conta com rigor o contexto em que ocorrem os conflitos do presente. Talvez o continente latino-americano esteja alheio às formas contemporâneas de terrorismo em boa parte por causa do rotundo fracasso que foi a luta armada no continente e das profundas perdas de milhares de vidas, muitas tão jovens, liquidadas pela combinação insólita das ilusões dos líderes e pelo terrorismo de Estado dos governos ditatoriais. ■

PAULO SÉRGIO PINHEIRO é pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Violência da USP e professor visitante de relações internacionais da Brown University, Estados Unidos. É autor de *Estratégias da Ilusão. A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935* (Companhia das Letras)